



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS  
CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA

ATA DA 3<sup>a</sup> AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 2º PERÍODO DA 19<sup>a</sup> LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS-PB, PARA DISCUTIR A ORGANIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE NO MUNICÍPIO DE PATOS, REALIZADA NO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2025.

Aos dez dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e cinco, com início às dezenove horas, em sua sede, localizada na Rua Horácio Nóbrega, nº 600, no Bairro Belo Horizonte, nesta cidade, reuniu-se a Câmara Municipal de Patos, sob a presidência da Vereadora Valtide Paulino Santos, secretariada pelos Vereadores: José Ítalo Gomes Cândido, 1º Secretário “Ad hoc”, e Rafael Gomes Dantas, 2º secretário “Ad hoc”. Compareceram a esta Audiência os Vereadores e Vereadoras: Brenna Victória Leonardo Ferreira Nóbrega (PSB), Cícera Bezerra Leite Batista (PSB), David Carneiro Maia (REDE), João Batista de Souza Júnior (União Brasil), Jônatas Kaiky de Oliveira Santana (REPUBLICANOS), José Ítalo Gomes Cândido (REPUBLICANOS), Josmá Oliveira da Nóbrega (PL), Maikon Roberto Minervino (PP), Maria de Fátima Medeiros de Maria (REPUBLICANOS), Marilucia de Lira Souza (REPUBLICANOS), Rafael Gomes Dantas (União Brasil) e Valtide Paulino Santos (REPUBLICANOS), em um total de 12 (doze) Vereadores e Vereadoras. Designadas pela senhora Presidente, as Vereadoras Maria de Fátima e Marilucia de Lira recepcionaram os seguintes convidados: o senhor Madiel Conserva, Superintendente do DER/PB; José Marcos, representante do sindicato dos mototaxistas; o senhor Douglas, representante do aplicativo Rota; Irmão Messias, representante do aplicativo UBER; Arquimedes Sousa, representando o aplicativo Bora Sertão; o senhor Paulo Lacerda, representando o Driver Nordeste; o senhor Diniz, representante da Associação Comercial de Patos. A Senhora Presidente declarou aberta a Sessão: “Havendo número regimental, invocando a proteção de DEUS e de Nossa Senhora da Guia, Padroeira de nossa cidade, em nome do povo patoense, declaro iniciados os nossos trabalhos”. Com a palavra, o 1º Secretário “Ad hoc”, após cumprimentar a todos, procedeu a leitura do dia: “PODER LEGISLATIVO. CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS. CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA. GABINETE DO VEREADOR RAFAEL GOMES DANTAS (RAFAEL POLICIAL). PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA. REQUERIMENTO Nº 1377/2025 – SOLICITA DA MESA DIRETORA AGENDAR UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA o MÊS DE SETEMBRO DE 2025, ÀS 19H, PARA DISCUTIR A ORGANIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE NO MUNICÍPIO DE PATOS. Na forma regimental, após consultado o Plenário, solicito à Mesa Diretora agendar uma Audiência Pública para setembro de 2025, às 19h, para discutir a organização e fiscalização dos serviços de transporte, no município de Patos. JUSTIFICATIVA: Solicita-se a realização de Audiência Pública na Câmara de Vereadores para discutir a urgente necessidade de organização, regulamentação e fiscalização dos serviços de transporte por aplicativo (Moto Uber, Uber, MTX), táxis e moto frete, além da ausência de transporte coletivo no município. A inexistência de transporte público agrava a

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Brenna Victória".

exclusão social e prejudica diretamente a mobilidade da população, especialmente das pessoas de baixa renda, trabalhadores, estudantes e idosos, que dependem de meios acessíveis e seguros para se locomover. Ao mesmo tempo, a falta de regulamentação e fiscalização contínua nos serviços existentes tem gerado insegurança, concorrência desleal, precarização do trabalho e riscos à segurança dos usuários. É fundamental estabelecer regras claras, garantir direitos aos trabalhadores do setor e assegurar à população um transporte digno, seguro e eficiente. A Audiência tem como objetivo reunir o poder público, representantes das categorias, usuários e sociedade civil para debater soluções coletivas que promovam a justiça social e a melhoria da mobilidade urbana no município.

**SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS-PB. CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA. EM 19 DE AGOSTO DE 2025.** Autor: Vereador Rafael Gomes Dantas. Subscrito pelos Vereadores (as): Brenna Nóbrega, Francisco Simões, João Batista Júnior, Cícera Bezerra, David Carneiro Maia, Ítalo Gomes, Maria de Fátima Medeiros, Marilucia de Lira, Jonatas Kaiky, Josmá Oliveira, Nadigerlane Rodrigues e Valtide Paulino.”

**“ESTADO DA PARAÍBA. PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS. STTRANS- SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE PATOS.** Ofício nº 2.332/2025. Patos-PB, 08 de setembro de 2025. À Presidente da Câmara Municipal de Vereadores - Poder Legislativo desta cidade. Resposta ao convite de participação de Audiência Pública. Senhora Presidente Valtide Paulino Santos, venho por meio deste inicialmente prestar meus cordiais cumprimentos a Vossa Senhoria e agradecer pelo convite de participação de Audiência Pública, com o intuito de debater tema tão relevante para organização do trânsito e dos transportes da nossa cidade. Todavia, a Audiência Pública fora agendada na mesma data, dez do mês de setembro, de um compromisso previamente agendado na capital João Pessoa, impossibilitando, assim, a presença deste superintendente. Espero ter a oportunidade de poder contribuir com o debate em outra oportunidade ou prestar os devidos esclarecimentos que forem necessários e que esta Casa entender pertinente. Renovando os votos de estima e consideração. Atenciosamente, Elucinaldo Laurindo de almeida, superintendente da STTRANS da cidade de Patos.”

Atendendo convite da senhora Presidente, fez uso da palavra o Vereador **Rafael Gomes Dantas**, autor da propositura: “Boa noite senhora presidente, em nome da qual eu saúdo os demais vereadores. Primeiro, agradecer a presença de todos os colegas aqui, agradecer a presença da Polícia Militar, da Guarda Municipal, nessa noite, aqui, nos prestigiando; e agradecer principalmente a presença de vocês, que são os principais interessados. Apesar de que essa Audiência Pública foi provocada devido a demanda não só de taxistas, mas mototaxistas e o pessoal que transita também em aplicativos, e a gente precisava trazer para esta Casa o debate. À princípio alguns desentendimentos em redes sociais, as pessoas começaram a emitir ideias, suas opiniões, achando que tinha vereador que estava do lado A, B ou C. Mas como bem colocou o colega Josmá, esta Casa está aqui para ouvir vocês, pra saber qual a real situação, e a gente poder chegar num denominador comum, eu vinha dizendo isso ao longo da semana. Dizer a vocês que nós convidamos a STTRANS, que é um dos pivôs dessa questão das multas, que a gente ouviu bastante, colegas, pessoas que rodam em aplicativos falaram dessa questão das multas, que estavam sendo multados. Então, a gente achou por bem convidar a STTRANS. Convidamos o Ministério Público também, convidamos o Gabinete do Prefeito, o próprio prefeito também foi convidado, a Secretaria de Planejamento também foi convidada. Mandamos convite para cada representante dos aplicativos na cidade de Patos, com os que foi possível fazer contato; o representante do sindicato dos mototaxistas, o senhor Marcos. Então, dizer a vocês que hoje é uma noite

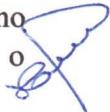
pra que a gente possa expor através de vocês, que estão aqui representando parte da categoria, já que não está todo mundo aqui. Aqui tem oito aplicativos, não sei se por algum motivo superior não pode comparecer, mas seria interessante que essas pessoas aqui estivessem, Josmá. De antemão, digo a vocês aqui que além do debate, eu acho que tem que sair dessa Audiência Pública um entendimento, e com pelo menos uma comissão, Paulinho, pra que sejam trabalhadas essas questões de cada um, dos taxistas, dos aplicativos, do Noventa e nove do Gira Patos, do Driver, para cada um expor o que realmente está acontecendo, porque são muitas histórias, são muitas conversas; dizem que tem aplicativos que cadastram placa cinza, e o cara roda sem habilitação, que o cara está rodando de forma clandestina, que pede uma moto, chega outra. Isso é o que chega pra gente, mas eu não posso chegar aqui na tribuna e afirmar que isso é verdade, sem ter o conhecimento de causa. E quem tem o conhecimento de causa são vocês. A Audiência Pública é pra isso. A gente não está aqui para bater de frente com nenhuma categoria. Nós vereadores fazemos parte do povo, nós estamos aqui representando também a categoria de vocês. Agora, dizer a vocês que é uma lei que tem de vir do Executivo. A gente está aqui hoje para ouvir vocês. Existe uma lei federal que tramita que dá abertura pra que o município legalize. E particularmente, eu vou dizer a vocês é um caminho sem volta, o município precisa ter uma legislação, até mesmo para parar com essa questão de multas, está multando, o cara está trabalhando, a gente entende. Mas o Prefeito é o principal ator, que deveria aqui estar, nesta Audiência Pública, ou pelo menos ter mandado um representante, pra que saindo daqui vocês, representantes do aplicativo, representantes de taxistas e mototaxistas, e nós temos aqui o colega Júnior Contigo, que é taxista. Então, a gente precisa sair daqui com uma comissão. A palavra vai ser facultada, e eu espero que cada um de vocês faça o bom uso dela, que exponha o que realmente está acontecendo, que traga para cá opiniões que possam ser aproveitadas pra que a gente possa sair daqui com uma indicação de um Projeto de Lei, ou pelo menos vocês se organizem, se reúnam, tragam pra esta Casa ou levem direto para o Chefe do Executivo. Paulinho vinha me dizendo, há alguns dias, que tem a lei completa. Então, é vocês sentarem e chegarem num acordo, cada um mostrar o seu ponto negativo, o seu ponto positivo. Está aqui o colega Douglas, que representa mais de um aplicativo. A 99 UBER não tem representante em Patos. Então, você nem é mototaxista, você é autônomo. Justamente, é mais uma alternativa que se tem pra que se possa colocar dentro de um Projeto de Lei pra que o Executivo possa pelo menos ver a possibilidade de regulamentar. Eu não sou contra. Eu estou aqui como representante popular, e a gente provocou a audiência justamente pra isso. Eu sei que cada um aqui tem seus motivos, antes de vim pra sessão eu escutei um mototaxista dizer que tinha feito um cadastro na 99 com a placa vermelha, que antes a 99 não aceitava e, agora, aceita a placa vermelha. Só que ele disse que passou quinze dias com o aplicativo ligado, e não recebeu um chamado de corrida. Ele me relatou ali, se não é verdade, é ele quem está afirmando. Então, tem muita minúcia que a gente precisa saber. Não adianta a gente chegar aqui e dizer vai esboçar um Projeto de Lei, que vai resolver o problema de todo mundo, que não vai resolver. Quem vai resolver o problema são vocês, cada um trazendo um pouco do que está acontecendo, trazer o que realmente esta Câmara pode contribuir, mas dentro do debate. Houve alguns desentendimentos durante a semana, pessoas dizendo: 'vamos fazer isso e fazer aquilo'. Não adianta, na força não vai resolver nada; vocês têm que ter união, vocês têm que ter essa parceria, de sentar e conversar. Até sugiro, Paulinho, terminando essa Audiência Pública, convoque o pessoal mais sensato, o pessoal que tem tempo pra sentar e levar o Projeto de Lei. Você já tem o Projeto de Lei pronto, que atinge todo mundo. Existe a lei federal, que silencia. Inclusive, eu dei uma

lida, e o que me foi repassado é que a lei federal só contemplava veículos, mas a lei silencia com relação a moto. Então, se silencia, não é proibido. E tem lá uma cláusula que diz que cabe ao município fazer a regulamentação. E nós estamos aqui provocando a Audiência Pública justamente pra que tenha o debate. Dizer a vocês também que a Câmara não é responsável por mandar essa lei, essa lei tem que vim do Executivo, porque ela pode fazer uma cobrança de taxa, ela pode querer fazer qualquer outro tipo, e isso vai depender do Executivo, não é da gente. E vocês têm que levar as propostas, vocês têm que chegar no Executivo com uma proposta. E aqui estamos hoje pra que vocês possam falar à vontade, dizer o que está acontecendo, como é que pode ser resolvido, os taxistas, os mototaxistas. Inclusive, Zé Marcos, eu soube que você montou um aplicativo, não é isso? E já está funcionado o aplicativo. O Elucinaldo me falava que na STTRANS também existe a possibilidade de montar um aplicativo. Mas são ideias, quem vai decidir isso aqui são vocês. Então, eu quero agradecer a presença de cada um de vocês. E dizer que vocês podem contar com esta Casa, podem contar com o Vereador Rafael, e a gente vai chegar a um denominador comum, e vão ter todo o apoio desta Casa para que a gente possa consolidar e resolver essa problemática, e não criar um novo problema, mas achar uma solução que seja viável para todo mundo. Obrigado. Boa noite". A senhora Presidente convidou o senhor Lidielton, representante do Gira Patos, e Cleodon Bezerra, Presidente OAB Patos para fazer parte dos trabalhos. Atendendo convite da senhora Presidente, fez uso da palavra o senhor José Marcos, representante dos mototaxistas: "Senhora Presidente, por quem saúdo todos desta Casa, os companheiros do aplicativo, os companheiros mototaxistas, e por que não os companheiros dos outros aplicativos que aqui se fazem presentes como trabalhadores? Eu faço a representação de uma categoria que existe em Patos desde 1997. Hoje essa categoria é amparada por quatro ampares, a Lei Municipal, uma Lei Federal e duas Resoluções, que a contemplam como uma categoria realmente reconhecida a nível nacional. É de conhecimento de vocês que entrei com uma ação, protestando contra os aplicativos, após entrar o 99, porque antes, quando estavam o Gira Patos e os outros, a gente estava em uma competição de igualdade, que muito pouco nos prejudicava. Hoje em dia, a gente vê o 99 em Patos cobrando uma tarifa, por eles fazerem um complemento para o trabalhador que quando se resume, fazendo o cálculo, ela é irrisória. Esse trabalhador trabalha muito, mas quando for no fim do dia, pelo que ele arrecada, e depreciação de moto e a despesa pessoal, fica igual como se ele trabalhasse numa tarifa normal de seis a sete reais. O que ocorre? Está havendo uma demanda de indução do passageiro de usar o aplicativo 99, que não só está prejudicando o mototáxi, como está prejudicando os outros aplicativos também, que, assim, a gente tem discutido e conversado com muitos. Foi citado aqui por Rafael, algumas discussões, umas alegações por atitude que a gente falou, mas também não foi citado aqui o que eu ouvi. Alguém me ligou, numa ligação silenciosa, que quando eu vi, eu perdi o controle e terminei passando informações que, até eu conversando com Rafael, eu lhe explicava o motivo. Mas quem me conhece, sabe que eu não sou desse nível de exaltação para violência. Então eu vejo com bons olhos essa sua propositura, Rafael, de formar essa comissão com as lideranças capazes de discutir o assunto. Você falou aqui também a questão do 99, que chega a prejudicar a nós e aos outros aplicativos? Lá em casa aconteceu um fato de minha irmã chamar uma moto 99, que no registro tinha uma moto Titan, e chegou uma Biz. Eu estava lá na hora, e questionei, ele foi embora e minha irmã não foi. Então, tem diversos comentários nesse sentido, é Biz, é Pop, é moto. Eu digo porque tenho conhecimento de moto que é atrasada, pessoas que não têm habilitação remunerada e nem tampouco habilitação. Então está acontecendo uma demanda de

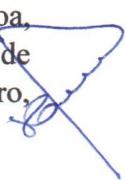


irregularidade que, às vezes, chega a questão das multas, Josmá, que já foi detectado por pessoas da STTRANS, de parar, e quando vai para a fiscalização a pessoas não tem condições de exercer". Diante da fala de muitas pessoas da planteia, falando ao mesmo tempo que o orador, a senhora Presidente fez a seguinte advertência: "Pessoal, por favor, eu preciso que todo mundo colabore. Nós viemos para a Audiência para discutir problemas, mas não pode ficar todo mundo gritando". O Orador prosseguiu com a sua fala, dizendo: "É o seguinte, a questão é que eu procuro defender a categoria dos mototaxistas. Eu já procurei, pedi fiscalização, e estão sendo feitas, foram feitas, chegando à questão de onde ele disse, que foi notificado. Eu não estou lá para fazer notificação, tem um órgão que é competente para fazer, e quando eles pegam, eles fazem porque encontram irregularidades. Você frisa aqui, Rafael, que a lei de mobilidade urbana ela silencia, mas também não contempla o moto urbe, ela contempla o carro, o motorista que exerce atividade na letra B. Em nenhum momento fala que a letra A está autorizada a trabalhar. E também diz ela que tem que haver a regulamentação municipal. Ela é bem explícita. Na hora que houver essa regulamentação, vai ser feito o estudo e também vai contemplar as pessoas que vão se enquadrar, como diz a lei federal. Nas duas resoluções que tem, uma do CONTRAN e a outra do DENATRAN, e a municipal que vai contemplar. E enquanto eu estiver à frente do sindicato, eu vou defender a minha categoria. Eu vou defender, vou correr, vou exigir dos órgãos competentes de fazer o que é para ser feito na questão de buscar o que está errado. Eu vou sempre procurar fazer isso aí. Nós somos uma categoria que está há muito tempo prestando esse serviço com honradez em Patos, e hoje estamos sendo prejudicados por essa competitividade desleal. Eu vejo uma competitividade que, para mim, e para os nossos companheiros, é desleal. Quero dizer também para vocês que já estamos há quatorze dias com um aplicativo na cidade, já temos bastante pessoas cadastradas, temos bastante motoqueiros cadastrados, e estamos fazendo o trabalho de divulgação para a sociedade. Nós vamos entrar também nesse pleito da competitividade. Já estudamos tarifas compatíveis com a sociedade, vamos botar em prática. Em breve, vocês vão ver se eu não estou falando a verdade, que a gente vai entrar com tarifas competitivas. Vocês vão ver, não demora, não. E eu vou dizer que vou estar sempre à disposição, Tide, quando esta Casa precisar, e Rafael, sempre que for possível, eu vou estar aqui disponível para, junto com os aplicativos, a gente entrar em qualquer discussão. Isso aí podem ficar certos que a gente vai estar preparado para isso. Também temos ideias para dar quando for preciso, quando for preparar esse Projeto, de uma possível regulamentação, como diz o próprio Rafael, que depende do Executivo. E o que depender de mim, eu vou estar pronto para colaborar também. Muito obrigado". Pela Ordem, o **Vereador Josmá Oliveira** disse: "Só para fazer um encaminhamento aqui, Presidente, para não ficar um negócio engessado e metódico. Eu iria propor assim, antes da minha fala, se eu pudesse, cada participante que teve a oportunidade de falar, e alguém aqui, que estiver participando da audiência como representante, pudesse fazer as perguntas a essa pessoa que acabou de falar, se assim a senhora me permitir, porque eu tenho umas perguntas para fazer ao seu Mário. E eu queria saber da senhora se eu posso perguntar logo agora, já que ele falou, antes da minha fala". A senhora Presidente disse: "Vereador, nós colocamos aqui todos os representantes dos aplicativos. Vamos ouvi-los primeiro". Atendendo convite da senhora Presidente, fez uso da palavra o **senhor Douglas**, representante do Aplicativo Rota: "Boa noite, senhora Presidente, boa noite, senhores vereadores, a imprensa, o auditório que aqui está, funcionários desta Casa que utilizam também dos aplicativos. Senhora Presidente, eu quero deixar bem claro aqui que a nossa briga não é contra os mototaxistas, não. A nossa briga aqui é contra a liberdade e

contra a STTRANS, que vem prejudicando os pais de família que saem para trabalhar, de cinco da manhã, que saem para ganhar o seu sustento de cada dia, e quando chega em casa, que vai olhar a sua carteira, está lá com uma multa de R\$ 293,00 (duzentos e noventa e três reais). O amigo Zé Marcos aqui falou em deslealdade de preço. Se comparar os preços, hoje, o aplicativo Drive Nordeste, a corrida inicial deles é R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos), desconta R\$ 0,50 (cinquenta centavos), o motoqueiro fica com R\$ 5,00 (cinco reais). O Gira Patos, a corrida inicial dele é R\$ 6,00 (seis reais), desconta R\$ 1,00 (um real) do motoqueiro e fica R\$ 5,00 (cinco reais). A vilã, que eles tanto falam, a 99, a corrida fica inicial é de R\$ 5,40 (cinco reais e quarenta centavos), olha a diferença, só desconta R\$ 0,20 (vinte centavos) do motoqueiro. Aí como é que é desleal? Se é desleal, eles estão sendo desleais com os próprios motoqueiros, que só estão ganhando R\$ 5,00 (cinco reais) por corrida. E se não for, são bloqueados nas plataformas. São bloqueados. E outra, esses motoqueiros que aqui estão, já trabalharam nessas plataformas aqui de Patos. Essas plataformas aqui de Patos querem exclusividades para elas, a verdade é essa. Eu fui um motoqueiro que saí da plataforma de Paulinho, por quê? Porque simplesmente tinha baixado o aplicativo da 99, fiz meu cadastro para trabalhar, por quê? Eles subiram as corridas, quiseram subir as corridas para R\$ 8,00 (oito reais), e eu simplesmente cheguei para ele, mandei mensagem para ele, para o outro representante Wênio: 'Rapaz, não suba a corrida porque quem pega as corridas, todos os dias, são pais de família e trabalhadores'. Tem trabalhador que trabalha nessas lojas do Mercado que não ganham nem um salário. E qual é o vilão? Qual o medo que esse pessoal tem da 99? Não tem, não, o que tem é interesse próprio. O interesse dele é só próprio, porque cada corrida que eles fazem, ganha R\$ 1,00 (um real). Pergunte aos motoqueiros aí se eles estão ganhando dinheiro ou não. Aí fica com picuinha, dizendo que determinado aplicativo está querendo quebrar um, está querendo quebrar outro. E dizer que quem quiser fazer o cadastro na 99, faz, minha gente. Agora ficar perseguindo pai de família, isso não é correto, não, Senhora Presidente. Isso não é correto, não. É justo um pai de família se acordar logo cedo e, no final do dia, ter uma multa, uma perseguição? A questão que ele falou aqui, que tem gente trabalhando de Pop, que tem gente trabalhando de Biz, a 99 é um aplicativo que permite veículos a partir de cento e dez cilindradas. Se você tem uma Pop, se a plataforma permite, oxente, você sendo habilitado e tendo atividade remunerada, você pode fazer o cadastro. Falam muito que tem gente com antecedentes criminais nos aplicativos. E eu desafio quem tem passagem pela polícia fazer um cadastro aqui, agora, e ser aprovado pela 99. Agora pelos aplicativos aqui de Patos, se tem alguns que têm ajeitadinho, tem, que vai lá em coloca. Por quê? Porque é ele quem coloca, entendeu? Aqui tem um pessoal que coloca. Agora por que se eu trabalhar no Gira Patos, eu não posso trabalhar no Drive, eu não posso trabalhar no Urbano? Os únicos aplicativos que deixam a pessoa trabalhar aqui são: Bora Sertão, o Rota Patos também deixa. Se você trabalhar no Bora Sertão, você pode trabalhar em qualquer outro aplicativo. Parabéns, Arquimedes, por seu aplicativo permitir isso aí. Mas, infelizmente, não deixa. Eu trabalhei no Gira Patos, dei o sangue no Gira Patos, eu não tinha nem rodado, na época, na 99, só tinha o aplicativo baixado, e o pessoal do Gira Patos: 'bora, vai pra fora', porque eu simplesmente baixei o aplicativo da 99. Oxente, só querem exclusividade? Qual a vantagem quem eles dão para o motoqueiro? Não dão nenhuma. Agora a 99 dá incentivos: 'faça tantas corridas e, no final da semana, você obtém tanto', entendeu, Senhora Presidente? Agora, todos os dias no aplicativo da 99, antes de iniciar, você faz o reconhecimento facial. Faça nos outros aplicativos daqui! Isso aí pode ser colocado no Projeto aí, se o Prefeito mandar para cá essa lei, para que possa ter, Rafael,



reconhecimento facial. Porque, simplesmente, se eu estiver em outro aplicativo aqui de Patos, eu boto em ‘iniciei’ e posso dar o celular ‘vá lá, vá fazer corrida’. Então, não tem deslealdade aqui de dizer que a 99 está atrapalhando os pais de família, não, Presidente Tide. Tem não. E a questão de chegar e mototaxista dizer: ‘pedi uma CG, e chegou uma Biz’, pode ter certeza que é um mototaxista, um pai de família que está tentando levar o sustento para sua casa, porque a 99 não estava permitindo que você cadastrasse a placa vermelha, e ele tinha uma Bizinha, às vezes, ele tinha uma outra moto, como muitos têm, e ele cadastrou, Rafael, para poder conseguir levar o pão de cada dia. Senhora Presidente, se a senhora quiser fazer uma enquete aqui, até no site da Câmara, se a população é a favor ou contra, Vereador Josmá, os aplicativos. Senhora Vereadora, a gente escuta relatos de pais de família que pagavam R\$ 12,00 (doze reais) do São Judas para o Belo Horizonte, e hoje só pagam R\$ 5,40 (cinco reais e quarenta centavos). Tinha gente que ia e voltava de pés, e hoje simplesmente com R\$ 10,80 (dez reais e oitenta centavos) ele vai e volta. E eu desafio também o motoqueiro, mototaxista, seja lá qual for, que esteja na 99, que não está ganhando aqui em Patos. Eu desafio, o melhor mototaxista, se ele entrar para 99, se ele vai mais querer. Porque a panelinha dos mototaxistas é aqui no centro, aonde tem um maior fluxo de pessoas. E aquele mototaxista que está nos bairros, no Sapateiros, no Santa Clara, no São Judas, será que ele não tem o direito de levar o pão de cada dia para casa? Vocês precisam trabalhar. Ninguém foi impedido de trabalhar, não, gente”. Em razão da reação da plateia, a senhora Presidente disse: “Pessoal, por favor, vamos respeitar, que Douglas está aqui na tribuna, por gentileza. Pessoal, por favor, nós precisamos ouvi-lo. Douglas, eu aumentarei um minuto do seu tempo. Ao retornar à sua fala, o **senhor Douglas** disse: “Senhora Presidente, quantos mototaxistas tem nos aplicativos, hoje? É só dar números. A nossa luta, Vereador Rafael, não é contra os mototaxistas, não, porque se a nossa luta fosse contra o mototaxista, a gente estava aqui pedindo a exclusão dos mototaxista, entendeu. Olha aí, senhora Presidente. Um rapaz falou para o Vereador Rafael que cadastrou a placa vermelha, e não está rodando, eu tenho um aqui, Juninho aqui, uma Broz, ele é mototaxistas, se quiser, ele mostra que a moto dele está cadastrada, agora pode ter algum problema com o cadastro dele, que está impedido de trabalhar, não está não. Então, eu só peço aqui que o Prefeito tenha compaixão desses pais de famílias, e mande a lei para cá, para que vocês possam aprovar, e parar essa perseguição. E mais uma vez, a nossa briga não é contra os mototaxistas, a nossa briga é contra as multas absurdas que estão fazendo nesses pais de famílias, que a STTRANS está fazendo. Muito obrigado”. Atendendo convite da senhora Presidente, fez uso da palavra o senhor **Arquimedes Sousa**, representando o Bora Sertão: “Boa noite a todos os que estão presentes aqui. Ao meu ver, esta Audiência Pública que está acontecendo, não se trata de aplicativos, e, sim, de pessoas que querem prejudicar os aplicativos, a exemplo, a STTRANS, que já fez seu aplicativo, quer monopolizar a cidade. E nós representantes dos aplicativos, temos o direito, e a lei federal, qualquer pessoal aqui, que quiser montar o seu aplicativo, é só montar e ter o investimento e as condições precisas para isso. Em questão de segurança, os aplicativos locais, como meu amigo Douglas falou aqui, não existe nenhum aplicativo que seja mais seguro que os locais, porque quando vamos ativar um motoqueiro, ou um motorista, essa ativação é feita pessoalmente e presencialmente, que é o mais importante, diferente, da 99 e da Uber, que é feita virtualmente. Se o cara tiver um problema na justiça, eu provo, ele pode contratar um hacker, e esse hacker vai buscar documentos no banco de dados, de qualquer pessoa, e ele vai ser inserido no aplicativo, como exemplo tem em cidades grandes, Rio de Janeiro, São Paulo, muitas pessoas usam a Uber, a 99, para roubar, fazer sequestro,

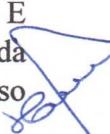


estupro, enfim, eu não vou entrar nesses detalhes, porque eu não estou aqui para falar sobre aplicativo, e sim sobre a STTRANS, que vem prejudicando os aplicativos, em forma de multa. E é isso, não tem muito o que dizer. É só sobre isso mesmo". Atendendo convite da senhora Presidente, fez uso da palavra o **senhor Paulo Lacerda**, representante do Driver Nordeste: "Senhora Presidente, Vereadora Tide Eduardo, na qual eu agradeço e parabenizo a os vereadores aqui presentes, em nome de todas as vereadoras. O nosso amigo Rafael, proposito do Requerimento, nosso muito obrigado Rafael, meu amigo Júnior Contigo, companheiros de partido, União Brasil, em nome deles dois, eu parabenizo e abraço carinhosamente todos os vereadores do município de Patos. E em especial, eu gostaria de abraçar fortemente a cada um profissional do volante e do guidom, que estar aqui presente. Vocês merecem uma salva de palmas, e eu queria que vocês aplaudissem vocês mesmos. Rafael, parabenizar você pela atitude desta Audiência Pública, pois há muito tempo que nós precisávamos ter essa Audiência Pública, para justamente poder debater um bom debate, sem discussão, sem agredir. E o nosso propósito aqui, enquanto Driver Nordeste, a qual eu estou representando, foi justamente esse. Aqui a gente não vai denegrir a imagem de nenhum aplicativo, e nem tampouco do sindicato de mototáxi. Só que a gente tem que partir para uma realidade, aplicativo hoje não é coisa do futuro, não, é do presente. Não existe mais nenhuma forma possível de não ter aplicativo de mobilidade urbana no município, seja qual for o município. Eu acredito que em torno de 90% (noventa por cento) de quem é mototáxi hoje, trabalha também em aplicativo de mobilidade urbana, seja Driver, seja Gira, seja 99, Uber, porque é uma ferramenta a mais. Quem é mototáxi, quem é taxista, além de sua praça, tem uma ferramenta na palma da mão, que vai facilitar corridas para ele, que ele não tinha na sua praça. Então é uma ferramenta a mais. Isso é indiscutível. Infelizmente, a gente sabe que a ferramenta digital é uma ferramenta que, às vezes, nem todas as pessoas tem trato, não sabe mexer. Então, a grande maioria que é contra aplicativo, são pessoas que realmente não sabem mexer no aplicativo, infelizmente. Mas é uma coisa tão simples que, dependendo do aplicativo, informado, repassado para essas pessoas, onde a gente já teve senhores, Rafael, com cerca de setenta anos, que fazem parte do nosso aplicativo, e não sabiam mexer, e a gente teve o carinho, a sensibilidade de sentar, demonstrar. Em relação a questão dos aplicativos em si, nós temos que entender o seguinte, lógico e evidente que os aplicativos têm que estarem de forma regular. E aqui o município de Patos, infelizmente, a gente não tem um representante do STTRANS, que era bom estar presente, porque os aplicativos têm que estar regulares. E nós não somos contrários. Inclusive, o Driver Nordeste, hoje, é totalmente formalizado no município de Patos. Nós temos representação no município de Patos, alvará de funcionamento, pagamos todas as taxas do município, inclusive ISS - Imposto Sobre Serviço; o aplicativo é totalmente regular. E a gente concorda que seja regular. É por isso, Rafael, que em 2019, quando eu estive aqui nesta Casa, e é sempre um carinho, presidente Tide, voltar a esta Casa, a esta tribuna, eu me sinto muito feliz em estar aqui porque eu me sinto em casa. Em 2019, nós tomamos a iniciativa de tentar fazer a regulamentação nos aplicativos de mobilidade urbana aqui no município de Patos. O companheiro Júnior fez parte, outro companheiro do Gira Patos fez parte de várias reuniões conosco, aqui no município, Júnior estava presente sempre. Nós fizemos uma comissão, e nessa comissão argumentamos, discutimos, criamos uma lei, para que ela pudesse regulamentar os aplicativos. Aqui o representante dos mototáxi falou, em relação a lei nacional, a lei do Uber, que realmente a lei do Uber coloca que é categoria B, é carro, mas nós sabemos que hoje, praticamente já está efetivado em todos os municípios maiores do nosso país. E não existe nenhuma lei



contrária das motos por aplicativo. Se na lei não legaliza, mas também não existe nenhuma lei que possa proibir. Inclusive, foi questão de discussão, Vereador Josmá, com o próprio diretor do STTRANS, com o nosso advogado, doutor Cleodon, que se fez presente na reunião, e argumentou de uma forma brilhante, que quando se colocava de uma forma que não existia a regulamentação das motos, a gente questionou: ‘não existe a regulamentação, mas não existe uma lei contrária no município. Então, não se pode proibir a nenhum profissional trabalhar na sua moto, e nem tampouco perseguir com multa’. Então, eu gostaria de ler apenas uma minuta, pessoal, e aqui concordo plenamente, Rafael, e eu seguir o tempo, Presidente. Você sabe que quando estive nesta Casa, obedeci ao tempo que nos foi dado. Queria até aproveitar os oito minutos do companheiro do Bora Sertão; se pudesse, era bom. Então, pessoal, nós tivemos aqui a oportunidade de criar essa lei, em conjunto com os representantes de aplicativo. E a propositura, a proposta do nobre Vereador Rafael é interessante, vamos sair daqui, hoje, com uma comissão formada de vereadores, com uma comissão formada com representantes de aplicativos, com representantes do sindicato dos mototaxistas, para que a gente possa pegar o esboço dessa lei que já existe, que a gente criou, que, na oportunidade, em 2019, infelizmente a gente entrou aqui na Câmara em um momento muito terrível, de instabilidade política enorme, tivemos três prefeitos no município, e nenhum dos prefeitos, que estavam no momento, tiveram a coragem de colocar regulamentação dos aplicativos de mobilidade urbana no município de Patos. A gente ouviu, infelizmente, o presidente do sindicato dos mototáxi, José Marcos, em áudios, dizendo que o próprio Prefeito já tinha dito que não regulamentava as categorias de aplicativo. Eu sou sincero a dizer, conheço o Prefeito Nabor, e tenho certeza absoluta que o Prefeito Nabor quer justamente isso, que a Câmara se sente com os aplicativos, discuta e leve para ele, para que ele possa encaminhar para esta Câmara uma lei, regulamentando. E a gente tem força. A gente, enquanto categoria, enquanto pessoa, enquanto cidadão e cidadã, porque temos várias mulheres também que trabalham no aplicativo, e nós temos força suficiente de sentar. E eu vou a mais, forma essa comissão, para que essa própria comissão possa sentar com o Prefeito municipal, e passar essas angústias que vocês passam diariamente. Eu queria aproveitar o tempo para ler o esboço, para que vocês tomem conhecimento, e essa comissão sendo formada, a gente sentar, discutir e esmiuçar da melhor forma possível. ‘Estaremos encaminhando para apreciação de Vossas Excelências, e a superior deliberação do plenário desta Casa Legislativa, um Projeto de Lei, que dispõe sobre a regulamentação do transporte remunerado, privado, individual, de passageiros por aplicativos ou plataformas de comunicação de rede, no município de Patos, e dá outras providências. É ser disso que a Constituição Federal confere a autorização ao legislador ordinário para definir regras de contenção ao livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, e liberdade para exploração de qualquer atividade econômica, revelando que tais princípios constitucionais não são absolutos e irrestritos. Nesses termos, essa propositura tem características modernas, presentes no poder, dever do Estado, de regular a atividade econômica que nele se desenvolve, bem como garantir à sociedade a segurança de que todos os serviços a serem prestados ao consumidor, sejam regulados pelo poder público. No entanto, diante da discussão social sobre diversas linhas de interpretação, é imperiosa a edição de lei específica para sepultar as dúvidas e manter em incólume a regulamentação dos serviços de transportes remunerado, individual, de passageiros nos municípios brasileiros. Haja vista que o crescimento do transporte clandestino, inclusive, por meios tecnológicos, está impactando negativamente na gestão pública. Além de desconstruir o mercado de táxi, invadir o campo restrito ao profissional taxista, e causar insegurança aos

consumidores'. Só por aí vocês têm ideia que a gente não é contra o mototáxi, nem ao taxista, eles têm realmente que ter o seu local, e a gente não pode invadir, de forma nenhuma, o local de quem é taxista e de quem é mototaxista. A Lei Nº 13.640, de 26 de março de 2018, altera a Lei Nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da política nacional de mobilidade urbana para regulamentar o transporte remunerado, privado e individual de passageiros nos termos do inciso 13, do artigo 5º, e do parágrafo único do artigo 170 da Constituição Federal. Destaca-se que a nova redação conceitua o transporte remunerado individual de passageiros como um serviço privado, não aberto ao público, realização de viagens individuais ou compartilhadas, solicitadas exclusivamente por usuários previamente cadastrados em aplicativos ou outras plataformas de comunicação em rede. Esse tipo de serviço por aplicativos é uma realidade no município de Patos, porém, até o presente atual, sem controle ou normatização do poder público. O que se pretende corrigir no Projeto de Lei que iremos encaminhar a esta Casa, regulando o serviço, a fim de efetivar a sua fiscalização, diante das diretrizes estabelecidas pela legislação federal, objetiva-se, assim, criar uma certificação anual para a prestação de serviço, bem como credenciar o motorista operador, passando esse a ser identificado de forma mais clara pelo público usuário, o que garante maior segurança e controle no município sobre o prestador. Para tanto, confere-se a STTRANS - Superintendência de trânsito e transporte de Patos, competência para normatizar e fiscalizar a prestação desse serviço. Tal serviço decorre do uso intensivo de plataforma de comunicação de rede no mapeamento e identificação de cada chamada, amparada numa rede de prestadores. É esta a tecnologia que mapeia as demandas geradas no mercado. Dessa forma, normatizar, no âmbito municipal de Patos, o serviço remunerado de transporte individual, privado de passageiros, por plataformas de comunicação de rede, busca contabilizar o uso de modernas tecnologias a atividades privadas e empreendidas pelos profissionais do volante e do guidom, carro e moto'. Senhora Presidente, eu me acosto às palavras do companheiro, do amigo Rafael, para que a gente possa sair daqui, na noite de hoje, com uma comissão formada por representantes da Câmara e por representante dos aplicativos e do sindicato, e debater. A lei, pessoal, eu não pude fazer cópia para vocês, mas a gente vai disponibilizar, e a comissão sendo formada, a gente sentar e discutir, porque ela foi feita em 2019. De lá para cá, a gente já pode fazer melhorias nesta lei. Então é importante que vocês definam os seus representantes para que a gente sente e discuta a lei. Muito obrigado a todos". Atendendo convite da senhora Presidente, fez uso da palavra o **senhor Lidielton**, representante do Gira Patos: "Boa noite, Presidente. Boa noite, Vereadores. Boa noite, pessoal. Como Paulinho e Douglas falaram, todos aqui tem direito a trabalhar, e a lei federal nos permite. O nosso amigo falou que a lei é para categoria B. Não! Ela diz ter, no mínimo, categoria B. Ela não diz se você vai fazer de helicóptero, de carro, de avião, de moto. É tanto que a ação movida pelo sindicato, a gente já venceu; e eles recorreram da decisão da justiça, em segunda instância, mas a gente vai ganhar de novo, porque tem uma lei federal que nos defende. E não tem briga com mototáxi, não tem nada disso, quem provocou a briga de mototáxi foi o sindicato com os aplicativos. Sobre a questão do que Douglas relatou aqui, o preço da corrida diminui, diminui bastante. Então para o mototáxi, ficou quase impossível de trabalhar, o cara usa aplicativo fazendo corrida de seis reais, a STTRANS aumenta para nove. E sobre a questão das multas, o que eu posso falar é sobre nossas. Das nossas, o motociclista em questão não estava em corrida em andamento. Então, provavelmente, ele fez corrida por fora, que é proibido por lei. E aí, sim, a STTRANS aplicou a multa. Todo mundo tendo os dados que estava em corrida pelo aplicativo, é só recorrer à STTRANS, que essa multa tem que sair. Se não, o caso



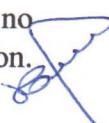
tem que ir para o Ministério Público. A regulamentação é importante? É, mas temos uma lei federal, e tem uma decisão do Supremo, que nenhuma Prefeitura pode suspender o serviço de aplicativo. Rafael, se você for montar a comissão de representantes, eu estou disposto. Participei da primeira, com Paulinho, em 2019, e eu vou participar dessa também. Espero o convite. Estamos juntos, pessoal. Boa noite". Atendendo convite da Senhora Presidente para fazer uso da palavra, compareceu o senhor **Cleodon Bezerra**, Presidente da OAB-Patos, que disse: "Inicialmente, cumprimento a Mesa na figura da Presidente Tide. Cumprimentar todos vocês motoristas que estão presentes. E para ser bem sincero, antes de tratar acerca do tema, eu fiquei preocupado, porque a gente precisa, pessoal, e aqui em nome da OAB Patos, eu preciso e estou disponível, quando eu falo estou, a instituição está disponível para a gente pacificar essa situação. Eu fico muito preocupado quando tem uma tratativa de um aplicativo, ou de outro, ou, então, com o sindicato dos mototaxistas, para uma possibilidade real de gerar até um conflito. Então, a gente precisa primeiramente pacificar. E os integrantes desta Casa, e aqui eu falo todos os Vereadores, e também a Prefeitura e a STTRANS precisam sentar e buscar essa pacificação, porque está um estalo de acontecer alguma situação que não tem mais volta, alguma agressão. Agressão verbal já aconteceu, pelo o que vocês falaram aí, mas a gente não pode passar disso. Pessoal, nós temos que sentar e resolver essa situação, porque todos vocês são trabalhadores, todos vocês, seja o pessoal mototaxista, seja vocês do aplicativo, que são da cidade de Patos, sejam vocês do aplicativo que não são de Patos, que é o 99, que vocês estão tratando aqui, mas vocês estão buscando um fim comum, que é o direito de vocês trabalharem. Então, no conflito, a gente não resolve. A gente tem que partir da primícia de que é necessária e importante fundamental a pacificação. Da forma como está, com os ânimos aflorados, a gente não consegue essa pacificação. A gente precisa sentar, como o Rafael bem falou, ser montada uma comissão, e esta comissão está presente, e eu coloco aqui a OAB à disposição para sentar nessa comissão, mas tem que estar presente o representante de cada aplicativo, tem que estar presente o representante do sindicato dos mototaxistas, tem que estar presente o representante do legislativo, do Executivo e da STTRANS. Porque a gente só chega em um denominador comum, pessoal, dialogando. A gente não pode chegar na barbárie de sempre buscar o conflito como uma situação de resolver o problema, que não resolve. Pelo contrário, a gente só alimenta e aumenta. E vocês não podem brigar entre vocês, porque vocês são a ponta da lança, vocês são os principais, são os trabalhadores que saem de casa todos os dias para trabalhar, seja qual for a roupa que vocês estão vestindo, seja de mototaxistas, seja a roupa da 99, da Drive, Gira Patos, do Bora Sertão, de qualquer aplicativo, se vocês não conseguirem sentar e se unir, no sentido de buscar uma proposta, é tudo que acontece, vai chegar numa barbárie de chegar no conflito. Muito me preocupa essa situação de hoje. E eu coloco mais uma vez a OAB à disposição para que a gente possa sentar e conversar e dialogar acerca desse Projeto. Quando se fala de projeto de regulamentação, só para deixar claro para vocês, porque o conhecimento destrava muita coisa, a regulamentação não é para proibir, é para organizar e proteger. Agora proteger quem? Sejam vocês, proteger o cidadão, proteger a Prefeitura também. Quando falo Prefeitura, eu estou falando o órgão público, não em defesa da Prefeitura. Mas da mesma forma que se paga tributos e tarifas que o mototaxista e taxistas, se coloca uma verificação de pagamento de tarifa, mas seja um valor justo, para que você possa trabalhar. Mas tem que ter regulamentação. Em que sentido? Para não ter insegurança jurídica. Muito se falou aqui na situação de multas que são aplicadas para vocês, vocês não têm aquela segurança jurídica, e é tratado como se estivesse criminalizando o trabalho de vocês. A



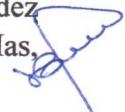
regulamentação é importante para isso, para deixar claro essa situação. Como Paulinho bem pontuou, a gente tem o processo 08060535620248150251, que o presidente do sindicato dos mototaxistas bem colocou aqui, que foi justamente para verificar essa situação dos aplicativos. No primeiro grau já encerrou, está em segundo grau para análise, mas é necessário a regulamentação. Não tem proibitivo, a lei federal não proíbe que vocês trabalhem, mas ela pede, ela requer, ela exige que o município faça a regulamentação. E é necessária essa regulamentação. É bom deixar claro para vocês que essa regulamentação vem para não causar essa insegurança jurídica que está hoje no momento. Por exemplo, já foram feitos ofícios para a STTRANS, e a STRANS já fez cursos de capacitação dos motoristas do aplicativo para o qual trabalham. Deixando claro aqui para vocês, que não estou puxando nem falando especificamente do que eu advogo nessa área. Eu vim aqui falar também, em nome da OAB, mas com o conhecimento de causa do que vocês estão sofrendo. Precisa de conhecimento, precisa vocês sentarem com a STTRANS. Você têm que tratar a situação da STTRANS como um órgão fiscalizador, mas de modo que possam conversar. Você está entendendo que a conversa, o diálogo é necessário? É importante, mas se ele não veio aqui hoje, faz a solicitação do ofício, para marcar uma reunião com a turma, como Paulinho falou aqui, vamos criar uma comissão entre vocês, motoristas de aplicativos e o sindicato. Você não podem ser inimigos, vocês têm que estar juntos nessa luta. Outra coisa que tem que se combater, é a precarização do trabalho e a desordem no trânsito. Com a legislação, vai regulamentar essa situação, vai ter uma tratativa de vocês terem dignidade, vocês trazerem essa situação para cada um de vocês motoristas, que vocês são trabalhadores, e têm que ser tratados como tais. Por exemplo, você falou bem, os aplicativos têm a exigências dos antecedentes, todo aplicativo tem a exigência dos antecedentes, mas não tem um órgão fiscalizador que verifique isso. Você está entendendo que é importante nessa legislação, quando você regulamenta, que vai ter a verificação dessa situação? Para além disso, a gente também vai garantir que tenha manutenção e inspeção veicular, que o veículo que você está servindo a população, e a população tem que ser protegida, nesse sentido, seja inspecionado e verificar a manutenção. E também muito importante, nessa legislação, criar um canal para denúncia ou regulamentação, seja do Gira, seja do Drive, seja do 99, a gente não pode controlar cem por cento dos colaboradores, então, vão ter pessoas que vão cometer algum ilícito, mas esse ilícito não pode levar para todos vocês a situação. Como por exemplo, citar: 'Eita, o aplicativo 99 tem direcionamento de pessoas que estão fazendo mal à população. Tem que identificar o indivíduo, e não criminalizar o aplicativo. Mas também eu quero deixar claro que é importante essa regulamentação para assegurar uma remuneração justa e transparente para cada um de vocês, para que vocês verifiquem o que vocês estão ganhando e o trabalho que vocês estão prestando para o aplicativo. E o principal, ofertar a questão de seguro de vida para vocês. É importante essa situação. Essa regulamentação vem para proteger não só a população, mas vocês também. A gente precisa chegar num diálogo e, mais uma vez, aqui, eu coloco a OAB à disposição de vocês, para que a gente possa ter uma pacificação no discurso, mas também uma busca pelo direito de vocês. Mas só se consegue um direito para todos e para todas, que têm também mulheres que são motoristas de aplicativo, se a gente tiver uma pacificação, conversar, sentar para dialogar. Existem diferenças entre cada um de vocês que são do aplicativo, mas deixem essa diferença de lado, para sentar para o bem comum, que é o bem maior, que é justamente o bem de buscar que Patos tenha uma regulamentação, que, claro, que der um direito a vocês, mas que também estabeleça deveres. Você têm que entender que essa situação é importante para a defesa da população, mas o direito de vocês também que estão aí, que, hoje, estão

deixando de trabalhar para acompanhar. E é muito importante vocês estarem aqui na Casa. Mas é muito importante também que vocês aceitem o contraditório. Por mais que uma pessoa pense diferente, mas não impede de você sentar para conversar com ela, não. Então, a gente não pode ir para a barbárie, para o conflito. Como falei no início, muito me preocupou o início dessa situação com os ânimos acirrados. Vamos baixar os ânimos, vamos sentar e conversar. É justamente o que eu estou passando para vocês. Você concorda comigo, que se Antônio for na STTRANS buscar essa situação, é uma tratativa, mas se for o representante da 99, junto como representante do Drive, junto com o sindicato dos mototaxistas, junto como representante do Legislativo, junto com a OAB, que eu estou me colocando à disposição, enquanto instituição, a gente vai ter uma força de buscar essa regulamentação, Antônio, e que isso que acontece com você ou com outro colega, de qualquer aplicativo não vai mais ocorrer? Mas para isso, Antônio, a gente não pode estar brigando entre vocês, não. Para isso, a gente tem que buscar, Antônio, um diálogo aberto e efetivo, também. Não adianta ficar só na conversa, não, a gente tem um projeto, que Paulinho falou aqui, que pode ser alterado, mas entre vocês, colocar uma representação para que a gente tenha efetivamente uma busca de um direito de vocês". Um participante da plateia não identificado disse: "Cleodon, na questão dessas multas, é só para quem está trabalhando no aplicativo 99. A gente não vê multa nos outros aplicativos. O Orador disse: "Eu sou advogado do Driver, chega multa no Driver também. Eu digo porque eu já fiz a defesa. Então, assim, a palavra é essa: vamos buscar pacificar, e como Rafael bem colocou, vamos buscar o diálogo, porque a gente não pode ter como inimigo da gente nem a Prefeitura, nem a STTRANS, nem outro aplicativo, porque se a gente buscar essa situação do diálogo, eu acho que a gente resolve. Boa noite e bom trabalho para todos vocês". Com a palavra, a **Vereadora Brenna Nóbrega** disse: "Boa noite a todos. Eu gostaria de parabenizar meu colega e amigo Rafael, pela propositura dessa ação, para a gente ter a oportunidade de entender melhor como está funcionando. E eu queria aproveitar esse momento para deixar um abraço para meu amigo Antônio, mototaxista, que fez parte de minha história, quando era estudante. Eu estava dizendo aos meus colegas: eu tinha até uma conta com Antônio, o capacete amarelo, e eu nunca esqueci de você. E saiba que pode contar comigo aqui nesta Câmara. Você é um guerreiro". Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra o **Vereador Josmá Oliveira**, que disse: "Eu não gostaria de falar, na verdade eu trouxe uma lista de perguntas. Como eu sou vereador da Casa, eu estou aqui para ficar até amanhã, eu peço até um tempo maior da senhora Presidente, e o bom senso dos colegas. Eu tinha trazido uma lista grande. Boa noite, senhores, boa noite, Senhora Presidente, e demais pares, aqui todos representantes, eu convidei também o representante do partido Novo. A Presidente não o convidou para cá, mas tudo bem. O partido Novo, talvez ingresse com uma ação contra o município para tentar garantir o direito de o pessoal trabalhar. Registrar a presença do nosso amigo Noalison. Eu escutando atentamente os demais participantes, a lei federal não proíbe nada, ela diz as plataformas de aplicativos e transporte individual; ela não tem nenhum tipo de restrição na questão de moto. Se não tem nenhuma proibição, não é ilícito, fique claro isso aqui. Existem entendimentos firmados nos tribunais, que o município é proibido, a não ser que ele regulamente e estabeleça regras. No caso do município de Patos, o município está sendo omisso. Então, se ele não tem nenhum tipo de proibição, não é proibido. Esse é o entendimento que tem a Lei 13.640/2018, é taxativo, tem que seguir a lei. Se não tem nenhuma proibição municipal, por que é que a STTRANS está multando? Seria importante o representante da STTRANS estar aqui hoje, ele é uma pessoa pública que recebe dinheiro público, ele deveria estar aqui para a

gente perguntar a ele por que ele está multando esses cidadãos aqui, trabalhadores. Se não tem a legislação no município de Patos, proibindo, por que é que ele está multando, se tem uma lei federal que reconhece a atividade de transporte individual de aplicativo? E aqui não diz que é só carro, não. Isso aqui é uma casa de leis, nós devemos seguir a lei. O agente público tem que seguir a lei ao pé da letra. Se a lei deixou entendimento dúbio, não é culpa de quem está trabalhando. Mas lá não está dizendo: ‘É proibido moto’. E como o colega advogado, Dr. Cleodon pontuou aqui, não tem nenhuma proibição. Então é um ponto importante para discutir isso aqui. Eu pergunto aos colegas, Paulinho, o senhor também tem disponibilidade na sua plataforma de transporte através de moto? O senhor Paulinho respondeu que sim. Os seus motociclistas têm recebido multas também, igual ao 99?”. O senhor Paulinho respondeu: “Os que receberam foi porque utilizou de forma incorreta, pegou passageiro sem ser chamado pela plataforma, pelo aplicativo”. O Orador perguntou: “E como é que a STTRANS sabe disso, ela aborda o motociclista? O senhor Paulinho respondeu: a gente tem notícia, pessoal, que são abordados e perguntados se o cliente foi pego através da plataforma ou se pego foi avulso. E como o próprio companheiro falou, do Gira Patos, vocês têm que entender o seguinte: vocês são profissionais que trabalham numa plataforma digital. Se você trabalha numa plataforma digital, você só pode pegar passageiro unicamente através do chamado da plataforma. E vocês sabem que tem companheiros, profissionais, que usam por estar com uma camisa parecida com mototáxi, às vezes, de pegar cliente fora, mas tem que entender isso”. O Orador disse: “O meu objetivo é justamente esse, indagar. O rapaz Arquimedes, na plataforma do senhor tem motos também?” Arquimedes respondeu: “tem sim. O meu é o melhor da Cidade, o Bora Sertão”. O Orador perguntou: “Tem chegado multas para os motociclistas?”. O senhor Arquimedes respondeu: “Que eu tenha identificado, não chegou não”. Todos têm multa. Eu trago essas perguntas, porque aqui é uma Audiência Pública, audiência pública não é para falar, é para discutir. Eu trago algumas perguntas. **Dr. Cleodon** disse: “O que aconteceu que eu falei do caso do Driver, eu estou falando agora como advogado do Driver, que eu faço assessoria jurídica. Chegaram as multas, pessoal, para os Driver, e o motor driver foi multado. Quando a gente foi lá, verificou e fez a defesa, demonstrando que naquele momento ele estava ele estava em transporte de passageiro, eu juntei a tela do aplicativo demonstrando que ele estava em transporte de passageiro, a multa foi retirada. Só para deixar claro. Nesse sentido, eu acho que Paulinho quis falar isso, quando a STTRANS multou o moto driver, a gente fez a defesa, e na defesa a gente juntou que naquele da multa, ele estava com o uso do aplicativo, porque tem como logar. Com essa comprovação, a multa foi retirada”. O **Vereador Josmá Oliveira** disse: “No caso, o senhor afirma que o ofertante do serviço estiver trabalhando através da plataforma, ele não pode ser multado, no seu entendimento?”. **Dr. Cleodon** disse: “Não é que ele não possa ser multado, é igual àquela situação que você fala: ‘se eu falar qualquer coisa, eu posso entrar com uma ação contra mim?’, pode entrar, mas quando for para o julgamento da ação, e existe um órgão que analisa as defesas que são feitas, quando analisou, na defesa, que ele estava em passageiro com aplicativo, então, não foi multado. Eu vou passar para você o que é o entendimento da justiça, que o seguinte: se o motorista do aplicativo estiver em transporte de passageiro sem o aplicativo está ligado, ele está irregular, até que se regulamente. Mas por que ele está irregular? Entendam só, a não ser que ele seja mototáxi de carreira, ele estaria usurpando uma função sem o aplicativo estiver funcionando. Se comprovado que o aplicativo está funcionando, todas as multas que aconteceram dessa forma, que a gente comprovou que ele estava no aplicativo, foram retirados”. O **Vereador Josmá Oliveira** disse: “Obrigado, Cleodon.



Então as multas são ilegais, não adianta a gente discutir. Eu trouxe aqui outras perguntas também. Pra seu Zé Marcos: Boa noite, seu Zé Marcos. O senhor explicou ali sobre as suas falas, eu tenho escutado uns áudios que circularam nos grupos sobre umas falas do senhor, e não conhecia o senhor pessoalmente, estou conhecendo hoje, eu conhecia só de vista. O que é que acontece? O senhor já fez ali um breve relato sobre essa questão do momento exaltado, que saía umas falas do senhor: ‘A gente vai até pra briga, se for necessário’. Eu não vou fazer nenhum questionamento em relação a isso, porque o senhor já se justificou ali. Nas falas do senhor, que eu estou com todos os áudios aqui, os meninos tem me enviado desde o primeiro dia, o senhor falou em algumas frases afirmando que o senhor esteve na STTRANS de Patos, a nossa Secretaria Municipal de Transporte, que é o órgão responsável pelo trânsito municipalizado, que o senhor viu várias multas lá; se o Senhor teve acesso a essas multas, porque essas multas devem ser sigilosas, nem vereadores tem acesso. Aí eu pergunto aqui ao senhor, de forma bem humilde e bem transparente, se o senhor esteve na STTRANS, se o Senhor teve acesso a essas multas? Pode se pronunciar”. O senhor José Marcos disse: “Vou me manter calado sobre esse assunto, é um direito meu”. Em questão de Ordem, o **Vereador Maikon Minervino** disse: “Primeiramente, boa noite. Entendo a pergunta pertinente do nobre colega Vereador Josmá Oliveira, mas eu creio que nós, Vereador Josmá, não estamos numa CPI para o Senhor inquirir um participante de uma Audiência Pública. Nós estamos aqui para debater uma problemática da classe de automóveis de Patos, seja moto Uber, seja Uber, como se chama aqui na nossa cidade. Mas inquições A, B ou a C, senhora Presidente, eu considero que Vossa Excelência não deveria permitir constrangimento ilegal aqui, com o Senhor Zé Marcos. E olha que eu não sou advogado do senhor, estou conhecendo o senhor aqui hoje, mas, Vereador Josmá, vamos seguir no debate, mas inquições eu creio que não seriam pertinentes. Não sei se isso é o entendimento dos demais pares desta Casa Legislativa”. O **Vereador Josmá Oliveira** disse: “Só pra deixar claro e registrar aqui, respondendo ao colega Maikon Minervino, aqui não é uma CPI, não, Maikon Minervino, deixo claro. Eu não estou fazendo nenhum tipo de inquisição, não, eu estou fazendo perguntas. E deixo claro, não existe inquisição aqui, as perguntas serão lançadas e cada um, Presidente, responde se quiser, ninguém aqui está obrigado a nada não, inclusive qualquer um aqui pode se levantar e pode sair. Só que fique claro, eu respeito o posicionamento do colega Maikon Minervino, mas não se trata disso. E até então, pra fechar essa ordem, isso aqui, Presidente, não foram falas minhas, foram falas que nós repercutimos na tribuna, na Casa, relacionado a esse tema, dessa guerra que existe, de fato uma discussão, um conflito de interesse público aqui, privado, em relação ao transporte individual de passageiros. É o tema, e eu farei as perguntas a qualquer um aqui, e quem quiser responder, tudo bem. Isso aqui não tem nada de inquisição, eu não sou juiz, eu não Promotor, eu sou vereador do município de Patos. Continuando as suas falas, seu Zé Marcos, o senhor fique à vontade, eu irei me dirigir ao Senhor com todo respeito, não vou lhe faltar com respeito e nem permitirei que ninguém lhe falte com respeito. Continuando os seus áudios, o senhor afirmou no seu áudio também, o Senhor responde se quiser, que tinha vereador indo na STTRANS tirar essas multas. Aí eu queria saber do senhor, que vereador é esse ou quais são esses vereadores”. O senhor José Marcos disse: “Vou me manter calado”. O **Vereador Josmá Oliveira** disse: “Tudo bem. Eu trago outra pergunta, essas perguntas, Vereador Maikon, são do áudio dele, não fui eu que falei isso não”. A senhora Presidente disse: “Vereador, por gentileza, Vossa Excelência podia voltar ao assunto que nós estamos discutindo? Os demais vereadores, todos respeitaram os dez minutos, Vossa Excelência já vai com doze”. O **Vereador Josmá Oliveira** disse: “Mas,



Presidente, na norma regimental não tem nenhuma restrição de dez minutos pra mim". A senhora Presidente disse: "Mas é questão de respeito com os demais". O **Vereador Josmá Oliveira** disse: "Então, eu exijo o meu respeito no meu mandato de vereador. Ninguém aqui é mais vereador do que eu não. Vou falar aqui as questões que o povo quer falar, Presidente. Eu não vou fazer pergunta combinada pra ninguém aqui. Eu não estou desrespeitando ninguém, eu exijo respeito, Presidente". A senhora Presidente disse: "Não, é questão de tempo pra todos iguais, por que é que Vossa Excelência quer ser mais?". O **Vereador Josmá Oliveira** disse: "Mas eu não estou inventando pergunta, eu não estou inventando tema, eu não estou fugindo do tema, Presidente". A senhora Presidente disse: "Mas é questão de respeito com os demais que estão cumprindo o tempo". O **Vereador Josmá Oliveira** disse: "Eu estou desrespeitando quem? Se eles não querem fazer pergunta, é um direito que convém a eles, mas eu quero fazer. Permita-me, Presidente. O meu mandato foi dado pelo povo de Patos, eu vou fazer as perguntas e pronto". A senhora Presidente disse: "Só que Vossa Excelência, por gentileza se atei um tempo. O Vereador autor, Rafael, usou dez minutos". O **Vereador Rafael Dantas** disse: "Josmá Oliveira, no momento oportuno Vossa Excelência pode convocar ele aqui pra que responda essas perguntas. A questão de ele ter falado de nós vereadores, realmente cabe sim as perguntas de Vossa Excelência, são pertinentes, mas não nesse momento. Se Vossa Excelência quiser, a gente o chama aqui, convoca, e ele vai ter que vir. E outra coisa, na própria STTRANS, o próprio Elucinaldo, a gente pode fazer um ofício, chama-lo pra que seja explicado. Agora, Josmá, me perdoe, mas eu acho que está constrangendo o senhor. Hoje, no momento aqui, está constrangendo. Se Vossa Excelência achar pertinente e quiser fazer, tudo bem, mas é por uma questão de respeito, só isso. E concordo com Vossa Excelência, quer chamar, a gente chama. Inclusive, eu o procurei pra saber daquela história de sair na porrada. Eu o procurei antes, olhei no olho dele, falei que que a gente estava aqui pra debater outro assunto, ninguém estava aqui pra brigar. Essa questão de vereador tirar multa, Vossa Excelência tem toda razão do mundo, agora que seja em outro momento. E eu vou lhe apoiar, eu vou querer saber também quem foi o vereador, porque eu não fui, isso eu garanto. Obrigado, Vereador". O **Vereador Josmá Oliveira** disse: "Eu estou é constrangido aqui, de eu não poder participar do debate. Aí quer dizer que eu vou trazer perguntas combinadas?". A senhora Presidente disse: "A questão não é pergunta combinada, é nós falarmos o tema, nossa Audiência aqui é pra tratarmos a respeito dos transportes. E tenho certeza que todos aqui o que mais querem é uma lei que regulamente o trabalho de todos. Não tem outro assunto, o assunto é esse". O **Vereador Josmá Oliveira** disse: Todos falaram, eu não interrompi ninguém aqui, e eu estou falando aqui, e já fui interrompido dez vezes. Aí vem falar de respeito". A senhora Presidente disse: "Porque Vossa Excelência já está com quinze minutos. Eu vou dar dois minutos pra Vossa Excelência concluir". O **Vereador Josmá Oliveira** disse: "Dois minutos nada, vocês me interromperam vinte minutos". Pela Ordem, o **Vereador Ítalo Gomes** disse: "Vereador Josmá, eu sou o próximo orador, após a fala de Vossa Excelência. Eu quero só que o senhor entenda, eu acho que a briga aqui, a discussão, não é sobre o que o senhor está tratando, não. Eu acho que cada vereador aqui tem autonomia de tratar o que quiser, agora o que não cabe aqui é, por exemplo, o senhor deu a parte aqui a três ou quatro pessoas, que tomou o seu tempo de dez minutos. Todo mundo aqui, desde os representantes, até o autor da audiência, foi dez minutos. Eu sou o próximo orador, eu vou esperar o senhor falar quantas horas? O quanto o senhor quiser? Não, não é assim, o senhor sabe que nesta Casa tem tempo, nesta Casa tem ordem e nesta Casa tem o Regimento. Se a Presidente está dizendo aqui que é dez minutos, é dez minutos, Vereador. Então quem tem que

respeitar esta Casa". O **Vereador Josmá Oliveira** disse: "Então, Vereador Ítalo, qual é o artigo do Regimento Interno que estabelece tempo aqui pra discussão?". O **Vereador Ítalo Gomes** disse: "Quem diz isso é a Presidente desta Casa". A senhora Presidente disse: "Vereador, é questão de respeito com os demais". O **Vereador Josmá Oliveira** disse: "Então eu exijo respeito, vocês estão violando a minha prerrogativa. Você pode falar, Ítalo cinquenta dias e cinquenta noites. Quem não quiser trabalhar aqui, vá embora, eu vou ficar aqui até amanhã. Não estou preocupado com tempo, não, a gente recebe dezessete mil, cada um aqui. A não pode ficar dois dias aqui, não? Deixe-me falar, deixe eu cumprir minha fala, Presidente. Eu vou concluir minha fala. Eu estava fazendo essas perguntas a ele porque o tema é das multas dos aplicativos. Eu vou concluir, Presidente, eu irei concluir, agora eu exijo respeito aqui. Todo mundo falou, eu fiquei calado, e na hora que eu vou falar". A senhora Presidente disse: "Vossa Excelência fala vinte minutos". O Vereador Josmá Oliveira disse: "Não. Vou concluir, Presidente. Estou com a palavra?". A senhora Presidente disse: "Se Vossa Excelência quiser concluir, eu dou dois minutos". O Vereador Josmá Oliveira disse: "Censura não é respeito". O Vereador Ítalo Gomes disse: "Você está fazendo palanque". O **Vereador Josmá Oliveira** disse: Quem vive fazendo palanque é você, defendendo o Prefeito". O Vereador Ítalo Gomes disse: "Mas eu quero falar". O **Vereador Josmá Oliveira** disse: "Fale, homem, você pode falar cinquenta anos aí, e eu não estou nem aí, não, mas me permita, respeite minha palavra, Vereador Ítalo, se controle. Eu estava fazendo essas perguntas aqui, porque o senhor do Sindicato dos Mototáxi, o senhor José Marcos, ele tinha dito em algumas das falas dos áudios que iria cassar também o alvará de quem trabalhasse em plataformas de aplicativos. E ele tinha dito também, o colega Paulino pontuou aqui, que tinha conversado com o Prefeito, e o Prefeito não ia regulamentar. Eu tenho aqui uma lista maior de perguntas, mas assim eu estou sendo censurado aqui, a gente não pode perguntar. Mas, pra concluir, senhora Presidente, eu estou avaliando tudo isso aqui, eu tenho multas repetidas desses pais de família aqui, mesma rua, mesmo endereço e mesmo horário. Parece que estão só copiando e colando as multas e mudando as pacas das motos. Aí, assim, a gente vai ter que acionar o Ministério Público pra acompanhar tudo isso que está acontecendo aqui na cidade de Patos, pra saber se não tem jogo de interesse aqui, pra ver se não tem aqui um cartel aqui na cidade de Patos. É isso que querem fazer, um cartel aqui. Não existe nenhuma lei que proíba concorrência de preço, não existe. Se a empresa desse rapaz quiser botar um real, ele bota. Não existe nenhuma lei. E nós que somos da Casa de leis, temos que cumprir a lei. Não interessa, temos que cumprir a lei, Paulinho. Cada aplicativo tem suas despesas, cobre o que quiser, desconta o que quiser do motorista, aí é particular de cada um. Agora o direito do cumprimento da Lei 13.640/2018, a lei garante o funcionamento e a operação dos aplicativos. Enfim, eu estou até constrangido, eu não sei se eu virei a outra Audiência Pública dos colegas. A Audiência Pública aqui é da Câmara Municipal de Patos, do povo. Eu não sei se eu virei mais, porque tentaram me censurar aqui. Eu trouxe aqui outras pessoas pra falar, mas não vão permitir, enfim, a gente fica constrangido, e depois falam em respeito. Mas eu vou ver direitinho a possibilidade de a gente acionar a justiça. Eu estou dentro dessa questão da Comissão, eu tenho que estar dentro, pra não ficar pessoa só de um lado de interesse do Prefeito. Os meninos aqui, Douglas, os meninos aqui do 99 têm que estar dentro também dessa comissão, pra gente discutir, Presidente, pra gente poder fazer o cumprimento da lei. Porque essa lei aqui exige que o município regulamente, Presidente. E ninguém está tratando aqui de politicagem, não; isso não é politicagem, porque o colega Paulinho, quando foi vereador, já discutiu esse tema aqui nesta Casa. Então, senhora Presidente, eu

lamento essa censura aqui. Eu queria perguntar aqui outras coisas pessoal, a lista aqui é grande, mas tudo bem, enfim. Obrigado". A senhora Presidente disse: "A respeito da Comissão, gostaria que o próprio Vereador Rafael, após o Vereador Ítalo e o Vereador Junior Contigo falarem, nós consultaremos cada pessoa aqui representando, se ele deseja participar da comissão". Atendendo convite da senhora Presidente, fez uso da palavra o **Vereador José Ítalo Gomes Cândido**: "Senhora Presidente, em seu nome eu gostaria de saudar a Mesa Diretora desta presente Audiência Pública. Gostaria de saudar o Vereador autor, em nome de todos os Vereadores desta Casa, o Vereador Rafael. Gostaria de saudar os representantes de todos os aplicativos, também do Sindicato dos Mototaxistas da cidade de Patos, enfim, todas as partes interessadas que estão aqui. Gostaria de saudar a Policia Militar, representada aqui pelos companheiros que se encontram aqui no Plenário. Gostaria e saudar todo o público que está presente aqui em nosso auditório. Dizer que vocês são muito bem-vindos a esta Casa, e todos os vereadores estão aqui realmente por entender a importância desse tema na noite de hoje. Primeiro dizer, senhores, vocês que são profissionais, que trabalham no aplicativo, que trabalham em tantos aplicativos que a cidade de Patos tem, que já foi citado aqui, eu acho que uns cinco ou seis, eu não quero citar os nomes, mas eu acho que o principal objetivo desta Audiência Pública, eu acho que todos os vereadores, que aqui não está os dezessete vereadores, não, mas aqui nós temos a maioria desta Casa, eu acredito que os senhores estão aqui com um intuito, que é a regulamentação do trabalho de vocês, pra que vocês não sejam penalizados com penalidades, como por exemplo, as multas, que é o que vocês mais batem. Perseguidos, multados. Primeiro, dizer também, senhores, aqui não tem palanque político, nós estamos aqui pra ajudar vocês. Primeiro, dizer ao senhor que aqui esta Casa não aprova uma lei somente com o voto do Vereador Josmá. Nós precisamos votar nesta Casa, e aqui tem vereadores que está com intuito de ajudar vocês. Mas, pelo que eu estou percebendo, vocês estão aqui dando ênfase somente a fala de um vereador, que se coloca contra a STTRANS, mas aqui nós estamos querendo ajudar vocês. O senhor acabou de dizer que nós somos vereadores do Prefeito, e aqui nós estamos ouvindo. Se essa pauta de vocês não fosse uma pauta importante, nós não estaríamos aqui prestigiando vocês, mas nós queremos ajudar vocês. Então aqui, senhores, a pauta, e é importante que fique claro, a pauta aqui não é uma pauta do Vereador Josmá, não, a pauta é uma pauta da Câmara Municipal de Patos. Esse Requerimento foi aprovado por unanimidade dos pares. Diferente do que se prega, nós estamos aqui querendo contribuir, nós queremos que esse problema de vocês, esse calvário possa chegar ao fim. E a gente só tem como contribuir, se tiver também a contribuição de vocês, através dos representantes que têm se colocado aqui de forma muito educada para ouvir cada parlamentar. Quando eu questionei o vereador aqui, eu questionei porque o vereador usou do temo dele e queria se estender, porque ele queria falar o que ele tinha interesse, e eu respeito, porque aqui cada vereador fala o que quer, é o respeito, nós temos autonomia de falar e de pregar o que a gente entende ser correto, agora ele só não pode ferir o meu tempo, que eu também tenho dez minutos. E o meu tempo está aqui, eu só vou passar até dez minutos, porque tem outros oradores após a minha fala. Então, dirigindo-me a vocês, dizer que esta Casa vai sim formar uma Comissão, na noite de hoje, eu sou extremamente interessado em resolver, porque eu tenho inúmeros amigos que trabalham em aplicativos, diga-se de passagem, mototaxistas da cidade de Patos que têm alvará e que compõem sim os aplicativos, inúmeros. Eu até comentei com alguns vereadores aqui, que eu não sei a quantidade exata de alvará de mototáxi, mas o presidente do sindicato está aqui, e ele pode me dizer: são quantos, amigo? Pronto, aproximadamente mais de mil mototáxi. Acho que desses mil,

tem uns seiscentos que compõe aplicativos na cidade de Patos, se não tiver mais. Então, eu tenho interesse na pauta, eu tenho interesse que esta Casa paute pra discussão. E aqui nós vamos contribuir. Agora é importante que vocês entendam que uma lei nesta Casa só passa por maioria. E aqui tem um representante do aplicativo DRIVE que já foi vereador desta Casa e ele sabe como é que funciona aqui. Aqui não é só um vereador que defende a pauta, aqui é um coletivo, ou tem maioria nesta Casa ou não passa a lei. Então, nós temos interesse. Quem é o vereador que está aqui que não tem interesse em ajudar vocês? Todos temos, inclusive eu. Primeiro, eu já percebi que não existe nem uma união sequer, entre os próprios aplicativos. Existe uma briga indiscreta entre os próprios aplicativos. Quando um falava aqui na tribuna, outros, na Mesa, discordavam da fala. Nós sabemos que existem situações agônicas, onde o sindicato está aqui, de forma legítima, defendendo os interesses dos mototaxistas, e aqui nós temos a representação dos aplicativos, defendendo os interesses dos aplicativos. Então, esta Casa está se deparando com uma situação que precisa encontrar um denominador comum, como bem disse o presidente da OAB da cidade de Patos, aqui na tribuna, o senhor Cleodon. E como é que a gente encontra isso, Vereador Ítalo? Eu sou acredo em Audiência com resultado, Paulinho, não adianta a gente falar, falar, falar, e sair daqui sem planejamento de trabalho. E eu acho que os senhores estão aqui esperando por isso. Não é somente por grito, vocês não estão aqui esperando por grito, vocês não estão esperando por bajulação, por fotografia, por absolutamente nada, vocês querem resolver o problema, ou não? Então, se é pra resolver o problema, nós temos que sair daqui com uma solução. E qual é a solução que eu vejo na noite hoje? Nós temos uma lei federal, que é a Lei Nº 13640/2018, que versa sobre a questão do transporte individual de passageiros no Brasil; nós temos o município de Patos, que está no outro polo, que tem os alvarás de mototaxista, concedido pela autarquia, que é uma concessão pública, mototaxista na cidade de Patos tem que cumprir inúmeros requisitos, inclusive o pagamento anual da renovação do alvará deles; e nós temos o interesse dos aplicativos. Então, nós temos que encontrar aqui, e não é de interesse desta Casa, e eu prefiro não acreditar que seja interesse de qualquer ser prejudicar um pai de família. Eu não quero acreditar nisso, mas a gente precisa, senhora Presidente, Vereador Rafael, sair daqui na noite hoje com um planejamento. E esse planejamento vai passar por uma comissão, e essa comissão tem que ter representação dos dois lados, tanto dos mototaxistas, que precisam ter uma representação, como os aplicativos precisam; esta Casa tem que ter representação; a gestão precisa de uma representação, via STTRANS; a sociedade civil tem que estar representada, que pode ser a própria OAB, que defende os interesses coletivos, então nós precisamos encontrar uma saída. E essa saída só vai sair no diálogo. Senhores, não adianta a gente tentar gritar mais alto, porque no grito não resolve. Eu não consigo entender qual foi a solução que se chegou através do grito. Não tem. Se a gente resolve no diálogo ou não consegue. Então vamos sair daqui com esse intuito, vamos formar uma comissão. Você們 estão aqui representados, e eu vi que vocês aplaudiram muito os representantes de vocês, então eu acredo esses homens estão aqui defendendo os interesses de cada aplicativo. E aí a gente forma essa comissão, pauta uma reunião, senhora Presidente, pode ser aqui no plenário da Câmara, com essa representação, com a STTRANS, pra que a gente trago pra esta Casa, através da Prefeitura de Patos, essa regulamentação. E que nenhum pai de família, na cidade de Patos, possa ter o seu direito trabalho cerceado, e que sua família seja penalizada por não chega em casa o fruto do seu suor, que é o trabalho para bancar a sua família. Então, eu finalizo a minha fala, respeitando o tempo estabelecido pelo autor desta Audiência e pela Presidente desta Casa, em consonância com a grande maioria dos

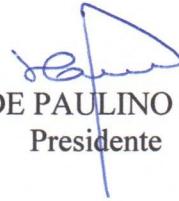


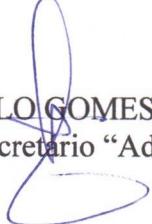
vereadores, e me coloco à disposição também, caso precise, está representando a comissão. Mais já adianto pra vocês, que independentemente de estar na comissão ou não, se a lei chegar nesta Casa, enviada pelo prefeito, porque vereador aqui não pode ser autor de lei que regulamente vocês, tem que vir pelo prefeito, chegando a lei nesta Casa, vocês terão o apoio e aprovação do Vereador Ítalo Gomes nesta Casa". Atendendo convite da senhora Presidente, fez uso da palavra o **Vereador João Batista de Souza Júnior**: "Boa noite a todos. Em nome da Presidente Tide, eu quero saudar os meus colegas vereadores. Saudar vocês todos que vieram nesta noite, em nome do R10, que está aqui também, representando a população de Patos. Agradecer a Rafael por essa ideia magnífica que teve. Rafael sempre na frente. Então, Rafael, agradeço a você por essa propositura. Pessoal, eu sou o único taxista eleito pelo povo nesta Casa, aonde construímos as leis. Eu sou do sol quente igual a vocês, eu trabalhei de aplicativo, eu fui dono de aplicativo, então eu sei muito bem o que estou falando. Quando os aplicativos chegaram aqui em Patos, nós que somos taxistas nos preocupamos muito com os aplicativos. Então, o que a gente fez, Zé Marcos? Nós nos infiltramos nos aplicativos, porque a gente precisava sustentar nossas famílias. Então, essa guerra que estou vendo aqui, essa discórdia, eu acho que não é bem por aí. Eu não quero deixar você constrangido, mas quando você move uma ação com um determinado aplicativo, e do outro lado você já monta um aplicativo, deixa a gente muito preocupado com isso. Eu não quero deixar você constrangido, pelo amor de Deus. Mas eu acho que devemos sair hoje à noite com uma comissão formada, para sentarmos todo mundo, e chegarmos a um denominador comum, porque o que a gente está vendo aqui, é muita desavença, é um querendo mandar mais do que o outro, é um querendo ser melhor do que outro, e não é bem por aí, não certo. Essa história que o Prefeito não vai regularizar, eu creio que sim, o Prefeito Nabor é uma pessoa sensata, e eu acho que ele é a favor do trabalhador. Todo mundo tem direito ao trabalho, a cidade de Patos necessita disso, então ele vai sim regularizar. Nós estamos aqui pra pedir a ele, ninguém aqui é contra aplicativo, até porque eu trabalhei em aplicativo. O menino ali em Bora Sertão, eu acho que deve ter copiado Bora Patos, porque o primeiro aplicativo, depois do Gira Patos e do Drive, foi o Bora Patos, aqui em Patos. A gente entrou em política e a gente deixou pra lá, vocês têm mais competência pra aplicativo. Então, essa é minha participação, eu estou aqui a favor dos aplicativos. A gente tem que se juntar, e todo mundo tem que andar junto, pra que esse problema seja resolvido. Boa noite a todos". A senhora Presidente disse: "Gostaria de saber dos representantes dos aplicativos aqui, Douglas, Arquimedes, Paulinho Lacerda e Deilton, vocês desejam fazer parte dessa Comissão?". As pessoas citadas responderam que sim. A senhora Presidente disse mais: "Gostaria que, por gentileza, falasse no microfone, ter que participar e essa comissão se reunir e vão discutir pra que se forme uma minuta do Projeto de Lei, pra que a própria comissão leve até o nosso Prefeito, apresente essa minuta a ele. Essa comissão é justamente pra isso, toda vez que for necessário uma reunião e discussão da questão da minuta de um Projeto. Não que o Prefeito vai aceitar na íntegra o Projeto, mas a comissão tem que ter tempo disponível pra discutir sobre essa questão. Então, eu pergunto aqui, e ninguém está sendo obrigado a nada, eu estou perguntando, no caso, Zé Marcos, Douglas, Arquimedes, Paulinho e Deilton, que fazem parte dos aplicativos, os senhores desejam participar dessa comissão?". O senhor Paulinho Lacerda disse: "Senhora Presidente, eu só queria enfatizar ainda essa questão da comissão, e da importância da comissão, pra discutir esse projeto de regulamentação, solicitar até do líder do governo, doutor Maikon, a possibilidade, depois dessa comissão se sentar, discutir, argumentar, como ele é líder do governo, conversar com o Prefeito Nabor, marcar reunião, para que essa comissão possa".

sentar com o Prefeito e indagar essas questões, pra que o Projeto possa vir da Casa Legislativa, da Prefeitura, do Prefeito, e com a anuênciâa e concordância dos representantes de aplicativos e de sindicato". A senhora Presidente disse: "Então posso colocar os nomes dos senhores?" Os indagados concordaram em colocar os seus nomes para participarem da comissão. Com a palavra, o **Vereador Josmá Oliveira** disse: "A senhora defina a quantidade dessa comissão, quantas pessoas são, e me coloque também como único representante da oposição, eu quero estar dentro. E a primeira reunião, eu sugiro, Presidente, faço esse encaminhamento a Vossa Excelência, que seja reunião com o superintendente da STTRANS, pra gente interromper de imediato essas multas, até que a gente discuta e arredonde essa regulamentação". A senhora Presidente disse: "Como autor dessa Audiência Pública, Vereador Rafael, Vossa Excelência deseja participar? Quantas pessoas o senhor deseja e que faça parte dessa comissão?" O Vereador Rafael respondeu: "Senhora Presidente, acredito que o número de representação mínima, inclusive dos convidados, da própria OAB, o próprio Ministério Público também, a gente pode fazer essa ressalva, pra que veja a questão da legalidade das multas. Então, eu acredito que um número dez pessoas seja o suficiente". A senhora Presidente disse: "O senhor, Zé Marcos, deseja participar ou não? Deseja". O **senhor Paulinho Lacerda** disse: "Senhora Presidente, só pra contribuir com a fala de Rafael, já que nós temos aqui a minuta de uma lei que regulamenta, essa comissão poderia sentar pra ver justamente algum ajuste nessa lei que já existe, Vereador Júnior. Rafael já deu uma olhada, e já tem um norte bem grande. É de minha autoria, na época". O **Vereador João Batista Júnior** disse: "Eu queria participar também dessa comissão, tendo em vista que, em dois mil e dezenove, eu participei com Paulinho, a gente foi no Ministério Público, tivemos várias reuniões aqui nesta Casa. Então, como único taxista eleito na Casa, eu queria participar também. Obrigado". Com a palavra, o **senhor Madiel Conserva** disse: "Presidente, obrigado pela oportunidade. A tipo de colaboração, em noventa e sete, quando nós criamos o mototáxi em Patos, vereador Josmá, na época, pra ter um ponto na praça, se vendia uma casa, a valorização na época. Eu fui pra Caucaia, a primeira cidade do Nordeste a implantar o mototáxi no Nordeste, pegamos lá o modelo da lei, e apresentamos aqui, ele está lembrado da luta, que não foi fácil, porque o taxista era muito forte, na época, mas nós chegamos ao consenso de que na medida que a cidade está crescendo, isso é louvável e muito importante, vieram os aplicativos, os mototáxi, o Uber, todos eles, Patos hoje tem cento e oito mil habitantes, e vai crescer mais ainda, é natural que precise de todos eles. Todos eles têm o seu espaço. O que nós temos que entender, pra sobrevivência, eu tenho que respeitar o direito de Josmá, e ele tem que respeitar o meu. É assim que funciona no dia a dia, entendeu, Vereador Rafael? Parabéns pela audiência. Quando nós criamos a lei do taxímetro, que foi minha, aí disseram: 'o taxista não tem dinheiro pra comprar o taxímetro'. Eu fui à Campina, trouxe o presidente do sindicato dos taxistas da Paraíba, e eles doaram os taxímetros. Você sabe qual foi a praça que não aceitou? A do Fórum. Por quê? Porque era a praça dos ricos, a praça que tinha uma diferencial de cobrança. Hoje está às maravilhas, graças a Deus, mas, na época, não foi fácil, Presidente, a gente criar a lei do mototáxi, que foi criada no mandato de Dinaldo, eu era vereador; depois nós criamos o taxímetro, criamos a superintendência, criamos o Conselho Municipal de Transporte Público, e por aí foi. Uma coisa que eu acredito e que esta Casa tem que levantar também a bandeira, é a do transporte coletivo, a cidade é grande; não prejudicar ninguém, todo mundo tem seu espaço, seu metro quadrado, essa é a verdade. Então, eu quero parabenizar a Casa. Eu acho que se vocês não se unirem, não vão chegar canto nenhum. Essa é a experiência que eu tenho. É óbvio e natural que esse

debate, um pouco acalorado, faz parte das redes sociais e tal, não é, Josmá? Mas baixe a bola, todo mundo tem seu espaço, e Patos suporta e comporta todos vocês. Agora tem que ter maturidade, tem que ter humildade, e reconhecer que todos vocês têm o direito ao pôr do sol, e precisam sobreviver e sustentar suas famílias. Obrigado, Presidente". A senhora Presidente disse: "A comissão foi formada pelos Vereadores: Rafael Gomes, Josmá Oliveira e Júnior Contigo; Cleodon, da OAB-Patos; José Marcos, do sindicato dos mototáxi; Douglas, do Aplicativo 99, e Arquimedes, do aplicativo Bora Sertão; Paulinho Lacerda, do Aplicativo Drive Nordeste". O senhor Paulinho Lacerda disse: "Senhora Presidente, eu só queria solicitar pra que o proposito do Requerimento pudesse convidar um representante por cada Aplicativo que existe no município de Patos. Alguns não vieram. Eu acho que seria interessante e seria uma forma democrática que todos tivessem a participação. Na comissão a gente tivesse um representante de cada Aplicativo". A senhora Presidente disse: "Paulinho, no momento que eles foram convidados, e eles não tiveram interesse de vim, é importante que quem está aqui faça parte da comissão e faça essa construção. Eu quero fazer um agradecimento especial a nossa Polícia Militar e a Guarda Municipal, pelo apoio fundamental na nossa segurança, durante a Audiência Pública. Suas presenças e dedicação garantiram um ambiente seguro e tranquilo, focado no nosso discurso, que era a Audiência, quando se trata de transporte, principalmente transporte alternativo". Não havendo nada mais a tratar, agradecendo a presença de todos, a senhora Presidente deu por encerrada a presente Audiência Pública às vinte e uma horas.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS/PB (CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA). EM, 10 DE SETEMBRO DE 2025.

  
VALTIDE PAULINO SANTOS  
Presidente

  
JOSÉ ÍTALO GOMES CÂNDIDO  
1º Secretário "Ad hoc"

  
RAFAEL GOMES DANTAS  
2º Secretário "Ad hoc"